

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA



Fonte: RNT

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3869

Ampliação do terminal de granéis líquidos do Barreiro

Junho de 2026



Título: Relatório de Consulta Pública
Ampliação do terminal de granéis líquidos do Barreiro
AIA 3869

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Miguel Couchinho

Data: Junho de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. O PROJETO	3
3. LOCALIZAÇÃO	3
4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA.....	4
5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	4
6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	5
7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	5
8. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	6

1. INTRODUÇÃO

Este procedimento de AIA encontra-se enquadrado no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (alterações pelo diploma Simplex Ambiental – Decreto-Lei n.º 11/2023 de 10 de fevereiro); (Anexo II, 06c) Armazenagem de petróleo e produtos petroquímicos e químicos.

O processo de licenciamento único de ambiente do projeto “Ampliação do terminal de granéis líquidos do Barreiro”, encontra-se abrangido pelo regime de Avaliação de Impacte Ambiental, conforme estabelecido no decreto-lei n.º 151-B, de 31 de outubro (AIA), na sua redação atual, pelo regime de Prevenção de Acidentes Graves (PAG) ao abrigo do Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (RPAG), na sua atual redação, e pelo regime de Utilização de Recursos Hídricos nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, procedeu-se à consulta pública do estudo de impacte ambiental do projeto “Ampliação do terminal de granéis líquidos do Barreiro – AIA 3869”.

O proponente do projeto é a empresa Chane Terminal Lisbon, S.A., a entidade licenciadora é a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), e a autoridade de avaliação de impacte ambiental é a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA).

2. O PROJETO

O Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro dispõe, atualmente, de 25 tanques de armazenamento que lhe conferem uma capacidade total de armazenagem de 173 000 m³, constituindo uma instalação de nível superior de perigosidade do regime de prevenção de acidentes graves.

O projeto em estudo prevê a implementação de mais 9 tanques de armazenagem, o que representa um incremento total na capacidade de armazenagem atual do Terminal de 43 617 m³. Existirá ainda a alteração do produto armazenado em dois tanques existentes utilizados para o acrilonitrilo e que passarão a conter gasóleo.

Fonte: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de:

- Barreiro (União das Freguesias de Barreiro e Lavradio)

Fonte: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 7 de maio a 19 de junho de 2026.

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes portais: Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt); Participa.pt.

Relatório de Consulta Pública
Ampliação do terminal de granéis líquidos do Barreiro
AIA 3869

Distrito de Setúbal

- Barreiro
 - União das Freguesias de Barreiro e Lavradio

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios nas seguintes entidades:
 - Agência Portuguesa do Ambiente;
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
 - Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA inscritas no RNOE;

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **6** exposições com a seguinte proveniência:

Cidadãos:

- 5 exposições particulares

Entidades:

- ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

8. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

As exposições recebidas relativas ao projeto de “Ampliação do terminal de granéis líquidos do Barreiro” revelam posições distintas, incluindo apoio, sugestões de melhoria e oposição, com críticas centradas sobretudo nos riscos ambientais, na segurança e na adequação do projeto aos objetivos de sustentabilidade.

1 cidadão manifesta a sua concordância, afirmando que o projeto contribuirá para a valorização da cidade e criação de emprego qualificado.

2 cidadãos apresentam sugestões que incidem sobretudo na necessidade de reforço da segurança, sustentabilidade e transparência das operações. Um dos contributos destaca a ausência de ligação ferroviária ao terminal, defendendo a integração do transporte ferroviário como alternativa mais segura, eficiente e ambientalmente sustentável face ao transporte rodoviário, salientando a redução de acidentes, emissões e congestionamento, bem como ganhos logísticos e de previsibilidade no abastecimento.

Outro contributo sublinha a importância de acautelar os impactos ambientais decorrentes do aumento da capacidade de armazenagem, propondo o reforço das medidas de prevenção, monitorização e controlo ambiental, especialmente ao nível da água, ar, ruído, resíduos e segurança operacional. É ainda sugerida a divulgação pública e acessível dos resultados de monitorização, uma comunicação clara do Plano de Emergência Interno à população e a eventual implementação de medidas de compensação ambiental e de educação para o risco, condicionando o avanço do projeto à garantia de elevados padrões de proteção ambiental e transparência.

2 cidadãos manifestam a sua discordância. As participações evidenciam preocupações significativas quanto aos riscos ambientais e à suficiência da avaliação técnica apresentada no âmbito do projeto. É questionado o aumento da perigosidade associado à ampliação do terminal, manifestando preocupação com o acréscimo de risco numa área já marcada pela presença de atividades potencialmente perigosas.

Uma participação, suportada por um parecer técnico detalhado, apresenta uma análise crítica aprofundada do EIA, identificando diversas fragilidades na avaliação dos riscos de contaminação e na demonstração da eficácia das medidas de mitigação propostas. Entre os principais aspetos salientados destacam-se a elevada sensibilidade ambiental do local — caracterizado por vulnerabilidade hidrogeológica, proximidade ao estuário do Tejo e suscetibilidade a fenómenos como cheias e sismicidade — e a insuficiente valorização destas condicionantes na análise apresentada.

É também sublinhada a falta de uma caracterização adequada do passivo ambiental existente, não sendo demonstrado de forma robusta o estado de contaminação do solo e das águas subterrâneas num local com histórico industrial relevante e

utilização prolongada de substâncias perigosas. Esta lacuna é considerada crítica para uma avaliação correta dos impactes cumulativos e dos riscos associados à ampliação.

Adicionalmente, o parecer aponta limitações técnicas nos sistemas de drenagem e tratamento de águas propostos, referindo que estes se baseiam em soluções convencionais com eficácia limitada na remoção de contaminantes dissolvidos, não garantindo assim uma proteção adequada do meio hídrico, especialmente tendo em conta a descarga para o estuário.

Em síntese, a participação conclui que a documentação apresentada não demonstra, de forma suficientemente robusta, o controlo efetivo dos riscos ambientais, nem assegura o cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis, considerando indispensável o aprofundamento da informação, a realização de estudos adicionais e a adoção de uma abordagem integrada de avaliação de risco antes de qualquer decisão favorável ao projeto.

Breve síntese das exposições de Entidades

A **ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável** emite parecer desfavorável ao projeto. A associação considera que o Projeto de Ampliação do Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro deve ser avaliado com particular exigência, não apenas pelos impactes ambientais diretos da obra, mas sobretudo pela sua coerência com a Lei de Bases do Clima, com o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC), com a trajetória nacional de neutralidade climática e com a necessária redução estrutural da dependência de combustíveis fósseis.

A associação considera que a expansão da capacidade de armazenagem de combustíveis fósseis — com um aumento de cerca de 25% — contradiz a Lei de Bases do Clima e a trajetória de neutralidade carbónica, uma vez que prolonga a dependência da gasolina e do gasóleo durante várias décadas, até meados do século. Para a ZERO, o EIA não demonstra adequadamente a necessidade estratégica do projeto nem apresenta cenários alinhados com a descarbonização da economia.

Além disso, a ZERO critica a ausência de análise de alternativas mais sustentáveis, como a reconversão do terminal para combustíveis renováveis, a redução da procura energética ou a aposta na eletrificação e na eficiência logística. Embora reconheça a importância da segurança energética, a associação sublinha que esta não deve ser confundida com a manutenção de infraestruturas baseadas em combustíveis fósseis. Defende que a soberania energética deve assentar na diminuição da dependência de recursos importados e na transição para fontes limpas, e não na expansão de infraestruturas de armazenamento convencional.

No que respeita aos impactes ambientais e territoriais, a ZERO alerta para efeitos potencialmente negativos associados à obra, como alterações no estuário do Tejo resultantes de aterros, movimentação de materiais e descargas de água, bem como possíveis pressões futuras para dragagens. Também aponta lacunas na avaliação de

impactes cumulativos, na compatibilidade com infraestruturas ferroviárias previstas e nos riscos industriais, considerando necessária uma análise mais rigorosa dos cenários de acidente e da exposição das populações envolventes.

A associação critica igualmente a avaliação insuficiente dos impactes climáticos globais, defendendo que o EIA deve incluir as emissões indiretas associadas ao uso final dos combustíveis armazenados. Adicionalmente, chama a atenção para o aumento previsto do tráfego de cisternas e navios, que poderá agravar emissões e riscos, caso não sejam adotadas soluções de transporte de baixo carbono. Também sublinha a necessidade de uma análise mais exigente da qualidade do ar e dos efeitos cumulativos sobre áreas já industrializadas como o Barreiro e o Lavradio.

Apesar de reconhecer alguns aspetos positivos — como a localização em zona industrial existente e a inclusão de medidas técnicas de mitigação —, a ZERO entende que estes são insuficientes para justificar o projeto. A organização conclui que a expansão não é compatível com a transição energética nem com a proteção ambiental e das populações.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA
Ampliação do terminal de granéis líquidos do Barreiro
AIA 3869

Miguel Couchinho